



Processo : TC-002782.989.20-6
Entidade : Prefeitura Municipal de Cordeirópolis
Assunto : Acompanhamento das Contas Anuais
Período examinado : 2º quadrimestre de 2020
Prefeito : José Adinan Ortolan
CPF n.º : 110.195.488-43
Período : 01/05/2020 a 31/08/2020
Relatoria : Dr. Sidney Estanislau Beraldo
Instrução : UR-10 / DSF-II

Cadastro do Responsável juntado ao DOC 02.

Senhor Chefe Técnico da Fiscalização,

Este relatório consolida o resultado do acompanhamento das informações prestadas a esta Corte de Contas pelo órgão, no período em epígrafe.

Em atendimento ao TC-A-030973/026/00, registramos a notificação do Sr. JOSÉ ADINAN ORTOLAN, responsável pelas contas em exame, e pela atual administração (DOC 01).

Informamos que o município possui a seguinte série histórica de classificação no Índice de Efetividade da Gestão Municipal-IEG-M:

EXERCÍCIOS	2017	2018	2019
IEG-M	C+	B	B
i-Planejamento	C	C+	C+
i-Fiscal	B	B	B
i-Educ	B	B+	B
i-Saúde	B+	B+	B+
i-Amb	B	B+	C+
i-Cidade	C	A	B
i-Gov-TI	C+	B	C+

Observação:

- Índices de 2019 apurados após as validações efetuadas pela Fiscalização.

A Fiscalização planejou a execução de seus trabalhos, agregando a análise das seguintes fontes documentais:

1. Indicadores finalísticos componentes do IEG-M – Índice de Efetividade da Gestão Municipal;
2. Prestações de contas mensais do exercício em exame, encaminhadas pela Chefia do Poder Executivo;
3. Resultado do acompanhamento simultâneo do Sistema Audesp, bem como acesso aos dados, informações e análises disponíveis no referido ambiente;
4. Leitura analítica dos três últimos relatórios de fiscalização e respectivas decisões desta Corte, sobretudo no tocante a assuntos relevantes nas ressalvas, advertências e recomendações;
5. Análise das informações disponíveis nos demais sistemas deste Tribunal de Contas do Estado;
6. Outros assuntos relevantes obtidos em pesquisa aos sítios de transparência dos Órgãos Fiscalizados ou outras fontes da rede mundial de computadores.

O relatório do 1º quadrimestre está colacionado no Evento 18 destes autos.

O presente relatório quadrimestral visa contribuir para a tomada de providências dentro do próprio exercício, possibilitando a correção de eventuais falhas, resultando numa melhoria das contas apresentadas.

Saliente-se, por oportuno, que os dados poderão ser reavaliados quando da fiscalização do fechamento do exercício, oportunidade em que todos os balanços contábeis estarão encerrados.

Ressaltamos, ainda, que a fiscalização, em virtude das limitações de locomoção causadas pela pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), foi efetivada remotamente, por meio de todas as ferramentas e sistemas disponíveis.

Ademais, foi antecedida de criterioso planejamento, com base no princípio da amostragem, que indicou a necessária extensão dos exames.

Outrossim, consignamos que foi autuado o processo TC-014305.989.20-4, para fins de Acompanhamento Especial da gestão das medidas de combate à referida pandemia.

PERSPECTIVA A: PLANEJAMENTO

A.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - PLANEJAMENTO

A.1.1. CONTROLE INTERNO

No acompanhamento do quadrimestre não constatamos ocorrências dignas de nota, cabendo destacar que o Controle Interno atuou no controle dos atos e despesas relacionadas à pandemia da COVID-19.

A.2. IEG-M – I-PLANEJAMENTO

No planejamento da fiscalização, não vislumbramos relevância/materialidade que ensejasse o exame do item neste quadrimestre. Não obstante, ressaltamos que a matéria foi objeto de análise nas contas de 2019, cujo relatório elaboramos em paralelo aos presentes autos.

A.3. OBRAS PARALISADAS

Em nossa amostragem no acompanhamento do quadrimestre não constatamos ocorrências dignas de nota.

Cumpre-nos anotar, porém, que o Município não tem informado, no Cadastro de Obras desta Corte, a “situação” dos casos que comunicou (DOC 03).

PERSPECTIVA B: GESTÃO FISCAL

B.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS – GESTÃO FISCAL

Face ao contido no art. 1º, § 1º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o qual estabelece os pressupostos da responsabilidade da gestão fiscal, passamos a expor o que segue:

B.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO PERÍODO

Considerando as despesas empenhadas (que incluem os empenhos estimados e os globais, bastante naturais no início do exercício), o quadro a seguir demonstra que a execução orçamentária da Prefeitura, no 2º quadrimestre, evidenciou resultado deficitário.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Valores	
(+) RECEITAS REALIZADAS	99.414.223,86	
(-) DESPESAS EMPENHADAS	128.321.670,89	
(-) REPASSES DE DUODÉCIMOS À CÂMARA	3.660.000,00	
(+) DEVOLUÇÃO DE DUODÉCIMOS DA CÂMARA	480.000,00	
(-) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS À ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	1.146.000,00	
(+ ou -) AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO		
RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	-33.233.447,03	-33,43%

Fonte:

- Relatório de Instrução do Sistema Audesp (DOC 04).

Observação:

- As Receitas Realizadas estão demonstradas por seus valores líquidos (abatidas as deduções das transferências constitucionais e legais).

Mesmo sob a perspectiva das despesas liquidadas (R\$ 107.173.658,43 – DOC 04.1), constata-se um déficit de -R\$ 12.085.434,57, correspondente a -12,16% das receitas realizadas.

O valor equivale a 1 mês de arrecadação (como se a Administração dependesse de toda a receita do mês subsequente para equilibrar suas contas já liquidadas).

Informamos, por fim, que o município decretou, em face da pandemia da COVID-19, estado de calamidade pública/emergência, devidamente reconhecido pela Assembleia Legislativa Estadual (art. 65 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

B.1.2. ANÁLISE DOS LIMITES E CONDIÇÕES DA LRF

No período, as análises automáticas (DOC 05) não identificaram descumprimentos aos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto à Dívida Consolidada Líquida, Concessões de Garantias e Operações de Crédito, inclusive ARO.

B.1.2.1. DESPESA DE PESSOAL

As despesas com pessoal, nos últimos quadrimestres, se comportaram como segue:



Período	Ago 2019	Dez 2019	Abr 2020	Ago 2020
% Permitido Legal	54,00%	54,00%	54,00%	54,00%
Gasto Informado	68.301.711,02	71.858.481,09	75.218.548,21	79.919.100,77
Inclusões da Fiscalização				
Exclusões da Fiscalização				
Gastos Ajustados	68.301.711,02	71.858.481,09	75.218.548,21	79.919.100,77
Receita Corrente Líquida	147.760.552,08	156.561.010,37	158.390.827,70	154.449.336,12
Inclusões da Fiscalização				
Exclusões da Fiscalização				
RCL Ajustada	147.760.552,08	156.561.010,37	158.390.827,70	154.449.336,12
% Gasto Informado	46,22%	45,90%	47,49%	51,74%
% Gasto Ajustado	46,22%	45,90%	47,49%	51,74%

Fontes:

- Relatórios das Despesas com Pessoal, e relatórios da Receita Corrente Líquida reunidos no DOC 06.

Diante dos elementos apurados acima, verificamos que a despesa total com pessoal não superou o limite previsto no art. 20, III, alínea *b*, da Lei de Responsabilidade Fiscal; porém ultrapassou aquele previsto no seu art. 22, parágrafo único, no 2º quadrimestre de 2020. Em que pese as disposições do art. 65, I, da LRF, o assunto deve ser objeto de alerta ao Município.

B.1.2.2. CONTRATAÇÕES DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

Conforme informado pela origem (DOC 07), não houve contratação de pessoal por tempo determinado no 2º quadrimestre/2020.

B.1.3. RESTRIÇÕES DE ÚLTIMO ANO DE MANDATO

B.1.3.1. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

B.1.3.1.1. DOIS ÚLTIMOS QUADRIMESTRES – COBERTURA MONETÁRIA PARA DESPESAS EMPENHADAS E LIQUIDADAS

Consoante apurado pelo Sistema Audesp (DOC 04, fl. 03), há uma situação desfavorável de liquidez no período em análise (-R\$ 31.011.487,66) e no projetado para o exercício (-R\$ 20.626.799,94), comprometendo, por consequência, a execução orçamentária e financeira do restante do exercício, fato esse que merece toda a atenção da Administração¹.

¹ Alertas do 2º quadrimestre emitidos em 26 e 28/08/2020.

Considerando o disposto no art. 65, §1º, II, da Lei de Responsabilidade Fiscal (contexto da pandemia da COVID-19), ao final do exercício será verificada eventual dispensa de observância da vedação do art. 42 do mesmo diploma.

B.1.3.1.2. OPERAÇÃO DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO

No quadrimestre em análise o Município não realizou operação de crédito por antecipação da receita orçamentária - ARO.

B.1.3.2. LEI ELEITORAL (LEI FEDERAL Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997)

B.1.3.2.1. ALTERAÇÕES SALARIAIS

As alterações remuneratórias respeitaram o prazo fixado no art. 73, VIII, da Lei Eleitoral, posto que ocorreram a partir de 01/04/2020.

B.1.3.2.2. DESPESAS COM PUBLICIDADE E PROPAGANDA OFICIAL

A partir de 15 de Agosto, o Município não empenhou gastos de publicidade vedados pelo art. 73, VI, “b” da Lei Eleitoral.

Ainda, até 15 de Agosto de 2020 os gastos liquidados de publicidade institucional não superaram a média dos dois primeiros quadrimestres dos três últimos exercícios financeiros (2017 a 2019), observando o inciso VII, do § 3º, do art. 1º, a Emenda Constitucional nº 107, de 02 de julho de 2020, conforme demonstrado:

Publicidade em ano eleitoral				
Períodos:	1º e 2º quadr./2017	1º e 2º quadr./2018	1º e 2º quadr./2019	até 15/08/2020
Despesas:	R\$ 30.740,00	R\$ 34.157,93	R\$ 555.817,01	R\$ 159.492,82
Média apurada dos períodos dos exercícios anteriores				R\$ 206.904,98

B.1.3.2.3. DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE BENS, VALORES E BENEFÍCIOS

No quadrimestre em análise, a Prefeitura não criou novos programas de distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios fiscais.

B.2. IEG-M – I-FISCAL

No planejamento da fiscalização, não vislumbramos relevância/materialidade que ensejasse o exame do item neste quadrimestre. Não obstante, ressaltamos que a matéria foi objeto de análise nas contas de 2019, cujo relatório elaboramos em paralelo aos presentes autos.

PERSPECTIVA C: ENSINO

C.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NO ENSINO

A aplicação de recursos, no período, conforme informado ao Sistema Audep, apresentou os seguintes resultados:

Art. 212 da Constituição Federal:	%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO TESOUREO (mínimo 25%)	34,23%
DESPESA LIQUIDADA - RECURSO TESOUREO (mínimo 25%)	32,15%
DESPESA PAGA - RECURSO TESOUREO (mínimo 25%)	28,31%

FUNDEB:	%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%)	111,73%
DESPESA LIQUIDADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%)	110,79%
DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%)	106,60%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%)	102,19%
DESPESA LIQUIDADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%)	101,77%
DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%)	99,93%

Fontes:

- Relatórios “Aplicação dos Recursos Próprios em Ensino” e “Aplicação com Recursos do FUNDEB”, ambos do Sistema Audep (DOC 09).

Os percentuais das despesas empenhadas do FUNDEB, superiores a 100%, é reflexo dos empenhos estimados e os globais, bastante naturais no início do exercício.

Embora as liquidações em excesso, por sua vez, não representem, em si, qualquer falha, podem ser objeto de alerta à origem, posto que sua regularidade depende de sua conformação com o fluxo de caixa² e com os requisitos cumulativos dispostos no art. 63 da Lei Federal 4.320/1964, em especial seu § 2º, III.

Ainda a propósito do Ensino, cumpre-nos destacar:

² O vencimento da despesa (liquidada) deve ser posterior à data de recebimento da próxima parcela dos recursos do FUNDEB.

Com base nos dados coletados junto à origem durante a inspeção, não constatamos demanda não atendida nos níveis de ensino ofertados pelo Município.

A Secretaria Municipal de Educação alterou a rotina escolar, com suspensão total das aulas presenciais para os alunos da rede municipal de ensino. Contudo, vem tomando medidas educacionais de emergência voltadas a mitigar os possíveis impactos sobre a aprendizagem.

Das medidas informadas, destacamos: reorganização do Calendário Escolar; elaboração de um plano de trabalho; planejamento das atividades pedagógicas impressas; uso de recursos digitais e tecnológicos (plataformas, trabalho remoto); apoio da coordenação pedagógica e supervisão da direção de cada unidade escolar, mediante apoio da equipe coordenadora da Secretaria de Educação.

C.2. IEG-M – I-EDUC

No planejamento da fiscalização, não vislumbramos relevância/materialidade que ensejasse o exame do item neste quadrimestre. Não obstante, ressaltamos que a matéria foi objeto de análise nas contas de 2019, cujo relatório elaboramos em paralelo aos presentes autos.

PERSPECTIVA D: SAÚDE

D.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NA SAÚDE

Conforme informado ao Sistema Audesp, a aplicação na Saúde atingiu, no período, os seguintes resultados:

Art. 77, III c/c § 4º do ADCT	%
DESPESA EMPENHADA (mínimo 15%)	26,87%
DESPESA LIQUIDADADA (mínimo 15%)	23,32%
DESPESA PAGA (mínimo 15%)	19,94%

Fonte:

- Relatório “Aplicação dos Recursos Próprios em Saúde” do Sistema Audesp (DOC 10).

D.2. IEG-M – I-SAÚDE

No planejamento da fiscalização, não vislumbramos relevância/materialidade que ensejasse o exame do item neste quadrimestre. Não obstante, ressaltamos que a matéria foi objeto de análise nas contas de 2019, cujo relatório elaboramos em paralelo aos presentes autos.

PERSPECTIVA E: GESTÃO AMBIENTAL

E.1. IEG-M – I-AMB

No planejamento da fiscalização, não vislumbramos relevância/materialidade que ensejasse o exame do item neste quadrimestre. Não obstante, ressaltamos que a matéria foi objeto de análise nas contas de 2019, cujo relatório elaboramos em paralelo aos presentes autos.

PERSPECTIVA F: GESTÃO DA PROTEÇÃO À CIDADE

F.1. IEG-M – I-CIDADE

No planejamento da fiscalização, não vislumbramos relevância/materialidade que ensejasse o exame do item neste quadrimestre. Não obstante, ressaltamos que a matéria foi objeto de análise nas contas de 2019, cujo relatório elaboramos em paralelo aos presentes autos.

PERSPECTIVA G: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

G.1. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP

Nos trabalhos da fiscalização não foram encontradas divergências entre os dados da origem e os prestados ao Sistema Audesp.

G.2. IEG-M – I-GOV TI

No planejamento da fiscalização, não vislumbramos relevância/materialidade que ensejasse o exame do item neste quadrimestre. Não obstante, ressaltamos que a matéria foi objeto de análise nas contas de 2019, cujo relatório elaboramos em paralelo aos presentes autos.

PERSPECTIVA H: OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

H.1. DENÚNCIAS/REPRESENTAÇÕES/EXPEDIENTES

As denúncias / representações / expedientes serão tratados no fechamento do exercício em exame, tendo em vista que, no momento, não concluímos a análise da matéria.

H.2. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Constatamos o atendimento à Lei Orgânica e Instruções deste Tribunal, excetuando-se, todavia, conforme consta do DOC 11, que o órgão encaminhou, intempestivamente, documentação eletrônica do Sistema Audesp

As recomendações/determinações emitidas em pareceres de contas anuais serão verificadas no relatório de fechamento do exercício.

CONCLUSÃO

Com relação aos assuntos tratados neste relatório, destacamos:

A.3. OBRAS PARALISADAS: o Município não tem informado, no Cadastro de Obras desta Corte, a “situação” dos casos que comunicou;

B.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO PERÍODO: déficit orçamentário mesmo na perspectiva das despesas liquidadas;

B.1.2.1. DESPESA DE PESSOAL: descumprimento do limite prudencial no 2º quadrimestre de 2020;

B.1.3.1.1. DOIS ÚLTIMOS QUADRIMESTRES – COBERTURA MONETÁRIA PARA DESPESAS EMPENHADAS E LIQUIDADAS: projeção negativa da liquidez para 31/12/2020, calculada pelo Sistema Audesp;

C.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NO ENSINO: alerta quanto ao excesso de liquidação de empenhos;

H.2. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO: remessa intempestiva de documentação eletrônica do Sistema Audesp.

À consideração de Vossa Senhoria.

UR.10 - Araras, 12 de novembro de 2020.

ADRIANO MOLINARI FRÍTOLI
Agente da Fiscalização